

## UMA TEORIA CRÍTICA SOBRE A INVISIBILIDADE DO SOFRIMENTO

**Alexsander de Carvalho Silva**

Mestre em Gestão nas Organizações Aprendentes no MPROA da Universidade Federal da Paraíba. Bacharel em Comunicação Social. Assessor de imprensa do Ministério Público do Estado da Paraíba. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7767-2962>. E-mail: [sandercarvalho@gmail.com](mailto:sandercarvalho@gmail.com)

HERZOG, Benno. **Invisibilization of Suffering: The Moral Grammar of Disrespect**. London: Palgrave Macmillan, 2019.

O livro do professor de Sociologia da Universidade de Valência, Benno Herzog, inclui-se dentro daquilo que Wilkinson (2005) chama de novo despertar dos estudos sociológicos sobre o sofrimento, referindo-se a obras que passaram a investigar os componentes que formam o sofrimento, suas causas e consequências, “o que a experiência do sofrimento realmente faz às pessoas” (WILKINSON, 2005, p. 3).

O autor aborda a questão do sofrimento a partir da invisibilização. Como o próprio Herzog (2019, p. 8), destaca o objetivo principal da obra é “oferecer uma compreensiva teoria da invisibilidade como um conceito sociológico crítico”.

A obra está dividida em três capítulos. No primeiro, chamado *Understanding suffering*, o autor mostra a importância do conceito de sofrimento para os estudos sociais contemporâneos. O capítulo está subdividido em quatro partes principais. Na primeira, Herzog demonstra como o conceito de sofrimento se tornou chave para entender a sociedade na modernidade. Na segunda, ele conceitua o sofrimento, a partir da abordagem de dois níveis de análise, e como o sofrimento social emerge como categoria fundamental.

Na terceira parte do primeiro capítulo, Herzog (2019) propõe uma visão crítica sobre o

sofrimento. Neste aspecto, ele aponta problemas com críticas ao fenômeno do sofrimento feitas a partir de critérios externos e aponta para a necessidade de uma crítica imanente, ou seja, uma crítica que toma posição normativa do objeto criticado em si mesmo, a partir da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth. Na última parte, o autor discute as representações culturais do sofrimento e o sofrimento social como normativo universal.

O segundo capítulo, intitulado *Invisibilization*, é dedicado a discutir a invisibilidade do sofrimento social. O capítulo está subdividido em três partes. Na primeira, Herzog (2019) discute os elementos que compõem invisibilidade a partir dos autores Eva Ellouz e Axel Honneth, destacando que a (in)visibilidade se refere à possibilidade de fazer sentido de uma experiência vivida. Ele discute a invisibilidade física e social, a imperceptibilidade visual e o silenciamento. Na segunda parte do capítulo, o autor aborda a questão do Terceiro, tecendo uma crítica à relação diádica do Eu e do Outro e apontando a importância do Terceiro para a discussão da invisibilidade.

Na terceira parte do capítulo 2, é proposta uma teoria crítica da invisibilidade, argumentando que é há uma ordem inevitável de invisibilidade, estruturas, regras sociais que tornam alguns tópicos visíveis socialmente e outros não. Neste sentido, Herzog (2019, p. 140), afirma que “visibilidade e invisibilidade não são boas ou más por si. Elas devem

estar relacionadas a uma análise do contexto social. Apenas após uma análise cuidadosa da realidade social, nós estaremos aptos a formular conclusões sobre a (in)visibilização [...]”.

O terceiro capítulo do livro, com o título de *Towards Critical Research on Invisibility*. Herzog destaca a necessidade da pesquisa crítica concreta sobre a invisibilidade. Este capítulo também tem três subdivisões. A primeira é dedicar a discutir como compreender o invisível, apontando questões fundamentais que devem ser feitas na pesquisa crítica. Na segunda, Herzog (2019) tece considerações sobre formas alternativas de entender o sofrimento, como a empatia. Por fim, descreve estratégias que podem ser utilizadas na pesquisa sobre a invisibilidade.

Herzog (2019) propõe neste livro uma abordagem inovadora em relação ao sofrimento social e à invisibilidade. Concernente à questão do sofrimento, o autor aponta-o como um conceito chave da modernidade, pois está ligado a uma experiência de padecimento tanto físico quanto mental. Neste sentido, o sofrimento, como afirma Wilkinson (2005, p. 1) “destrói nossos corpos, arruína nossas mentes e esmaga nosso ‘espírito’, ou seja, é algo que afeta a completude do ser e, por isso, “tem o potencial de causar dano e despedaçar cada aspecto da nossa personalidade” (WILKINSON, 2005, p. 16, tradução nossa).

Para Herzog (2019b), o sofrimento contém dor, mas vai além desta. “Dor física pode levar ao sofrimento, mas o sofrimento também vem fontes independentes” (HERZOG, 2019b, p. 9, tradução nossa). Ainda segundo o autor, diferentemente da dor física, o sofrimento é menos objetivo e imensurável no nível psicológico. Do ponto de vista analítico, Herzog está concordância com Renault (2017), que descreve como o sofrimento estabeleceu um paradigma. Como linguagem, ele se tornou uma das formas legítimas de expressão de emoções dolorosas e dificuldades vivenciadas, “subsequentemente, o termo sofrimento tem, é o

que parece, se tornado mais do que nunca uma das chaves para ler desigualdades sociais, dificuldades e formas de dominação” (RENAULT, 2017, p. 2171, tradução nossa).

No aspecto conceitual e analítico, Herzog expõe que o sofrimento possui dois níveis de experiência e, por conseguinte, de análise. O que o autor chama de sofrimento de primeira ordem está relacionado à capacidade natural, não mediada e direta de sentir dor e sofrer; já o sofrimento de segunda ordem se refere às perspectivas normativas da sociedade sobre o sofrimento. A conceituação em dois níveis é um ponto fundamental da obra em análise porque consegue contemplar a complexidade que é o fenômeno do sofrimento. De um lado, há a experiência individual, pessoal como parte natural da vida, ou seja, a capacidade do ser humano de sentir dor. Do outro lado, existe a construção social do sofrimento, pois ele também se experimenta em grupos ou socialmente.

Como o próprio Herzog (2019, p. 8) pontua:

As experiências que fazem as pessoas sofrerem, como elas percebem esse sofrimento e como lidam com ele são altamente dependentes da situação histórica e social na qual as pessoas se situam. Adicionalmente, o modo como as pessoas expressam seu sofrimento não é um fenômeno natural. A cultura molda as formas aceitas de expressar o sofrimento, o que inclui os modos nos quais o sofrimento é exposto ou não em público.

É neste sentido que Herzog (2019) assinala que o sofrimento social é um sofrimento de segunda ordem, por ser um fenômeno produzido por seres humanos que é abolível, mutável ou que pode ser aliviado pela ação social individual ou coletiva. Segundo Renault (2017, p. 2923, tradução nossa), o sofrimento social designa “um complexo entrelaçamento de fatores psíquicos e sociais, de história de vida e de contexto, estruturais e situacionais”. De acordo com Renault (2017), há dois tipos de condicionantes sociais de sofrimento.

O primeiro diz respeito ao sofrimento produzido direta ou indiretamente pelo ambiente social; o segundo se refere à ausência de condições sociais para lutar contra o sofrimento, seja ele causado ou não pelo contexto social.

A defesa que Herzog (2019) faz no livro é do sofrimento social como linguagem universal, como marco inicial para uma crítica social, ou seja, Herzog toma o sofrimento social como elemento fundamental para se analisar de forma crítica a sociedade, em especial a sociedade ocidental, devido ao caráter universal que marca o sofrimento. Com as palavras do autor:

Nós podemos entender o sofrimento como a última norma universal: esta norma pode ser usada como uma norma superlativa pelas qual se mede todas as demais normas. Por considerar a norma de evitar o sofrimento como superior a todas as outras normas, podemos resolver o dilema das normas ideológicas: se uma norma (por exemplo, o reconhecimento específico das identidades brancas) não é reconciliável com a norma superior de evitar o sofrimento criado pelo ser humano, ela deve ser rejeitada. De forma semelhante, podemos demonstrar que as normas implícitas ou explícitas de liberdade, equidade, solidariedade e autonomia são principalmente compatíveis com a norma superlativa. (HERZOG, 2019, p. 47).

Neste contexto, o autor propõe uma crítica imanente do sofrimento. Segundo Fleck (2016, p. 69), a crítica imanente “significa a ausência de um critério externo ao objeto para julgá-lo. a sociedade é julgada e criticada a partir de critérios que lhe seriam subjacentes”. Esses critérios são encontrados por Herzog na Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth, especialmente na ideia de reações afetivas/emocionais das pessoas ao reconhecimento/não reconhecimento obtido dentro das três esferas de relações sociais conceptualizadas por Honneth. Ele propõe as três esferas da seguinte forma: suporte emocional (relações primárias de amor e amizade), respeito cognitivo (relações jurídicas) e estima social (comunidade de valores,

solidariedade). Nas palavras de Honneth (2003, p. 159), “é manifestamente óbvio distinguir formas de integração social conforme ela se realize pela via das ligações emotivas, da adjudicação de direitos ou da orientação comum por valores”. Neste aspecto, o que Herzog (2019) demonstra no livro é uma leitura do sofrimento, em especial da invisibilidade, a partir da análise dessas três esferas.

Em relação à questão da invisibilidade, o autor também apresenta outra abordagem inovadora ao apontar é a diferença entre imperceptibilidade visual e a discursiva. Herzog (2019) identifica o primeiro tipo com a invisibilidade e o segundo com o processo de silenciamento e destaca a importância dessa diferenciação na sociedade atual. Essa é uma distinção importante porque o sofrimento de determinados grupos ou pessoas não é somente invisível ao resto da sociedade; há uma ordem no discurso, para usar o termo foucaultiano, que permite que apenas alguns tenham vez e voz na sociedade. A discussão proposta por Herzog (2019) está em sintonia com o que Foucault (1996) já falava sobre procedimentos de controle e delimitação do discurso. Há sofrimentos silenciados, interditados, não ditos.

Neste sentido, uma importante contribuição de Herzog (2019) é a combinação de invisibilidade e silenciamento do sofrimento social nas três esferas do reconhecimento, tanto do ponto de vista do sofrimento individual quanto social. Esse aporte teórico do autor sempre vem com exemplos empíricos para ilustrar como essas categorias se manifestam na realidade concreta. Entre os exemplos citados, estão a desvalorização de traços e habilidades do outro como silenciamento na esfera da estima social e a segregação social (principalmente no espaço público) como imperceptibilidade visual na esfera do respeito cognitivo.

Herzog (2019) demonstra ainda a complexidade da questão da invisibilidade e da visibilidade. Não apenas a primeira pode causar

sofrimento. A segunda também pode ser utilizada pelo poder dominante. São os chamados regimes de visibilidade e controle. Para o autor, o regime de visibilidade funciona como estratégia de controle e vigilância. “A visibilização não é somente sobre ver tudo e todos, mas também deixar que o outro saiba que nada do que faz escapa aos olhos do poder do regime de visibilidade” (HERZOG, 2019b, p. 106, tradução nossa). Há, segundo o autor, quatro formas de regime, são elas: regime de visibilidade e controle formal e político-social (exercido por meio do poder estatal); regimes de controle privados (que ocorre nas redes sociais, como o Facebook); regimes democráticos de controle (exercidos pela transparência); e regimes informais (exercido pela própria sociedade).

Pensar como o sofrimento pode advir tanto da invisibilidade como dos regimes de visibilidade e controle é fundamental para o pesquisador social quando se defronta com o caso concreto que vai estudar. É o reconhecimento de que se trata de um fenômeno complexo que pode ser visto, analisado sob diferentes aspectos. Por isso, outro ponto essencial desta obra é que nela Herzog não se debruça apenas sobre questões teórico-conceituais. O autor demonstra preocupação com questões metodológicas e dedica todo o terceiro capítulo do livro para pontuar perguntas relevantes e apontar ferramentas que auxiliam no estudo crítico da sociedade.

Um dos pontos indicados por Herzog (2019) é a contribuição de Jorge Ruiz com o conceito de discurso implícito, que auxilia o pesquisador a verificar a invisibilidade no discurso, o que está por trás das palavras explícitas ditas. Ruiz, conforme Herzog (2019), diferencia quatro dimensões no discurso implícito: o discurso insinuado (quando há traços deixados pelo orador na expectativa que o outro o interprete); o discurso falho (quando algo deveria ser escondido mas acaba sendo falado por ato falho); o discurso subjacente (um padrão de comunicação

socialmente compartilhado); e o discurso escondido (o que é intencionalmente escondido ou silenciado).

Em pesquisas com pessoas ou grupos sociais que sofreram ou sofrem, o pesquisador vai se deparar com inúmeras nuances em suas narrativas/entrevistas e terá que enxergar além da aparência e do discurso explícito. O conhecimento dessas ferramentas, como as quatro dimensões do discurso implícito, fornece ao pesquisador o instrumental necessário para uma análise mais acurada da realidade estudada. Outra ferramenta de destaque no livro para a pesquisa sobre invisibilidade é a distinção entre expectativa, relevância e intenção; conceitos importantes que auxiliam o pesquisador numa leitura mais esmerada da realidade.

Em conclusão, pode-se afirmar que a obra do professor Herzog (2019) é uma excelente ferramenta para pesquisadores que objetivam uma pesquisa crítica sobre o sofrimento. O autor fornece insights importantes tanto do ponto de vista teórico-conceitual, quanto metodológico. Herzog (2019) reconhece os desafios epistemológicos e metodológicos para lidar com essa temática devido à sua complexidade e suas características de invisibilidade e silenciamento que demandam do pesquisador um olhar mais acurado para além das aparências. Por isso, segundo o próprio autor não há um método único para se abordar o sofrimento.

Entretanto, o autor disponibiliza aos pesquisadores um relevante instrumental conceitual e metodológico para uma crítica social feita a partir de uma experiência concreta que é vivenciada por indivíduos e grupos, causada por indivíduos, grupos ou pela estrutura social. Quem se dispôr a ler esta obra, certamente sairá dela como maior bagagem intelectual para uma pesquisa que efetivamente traga resultados não só em termos científicos ou de conhecimento, mas que contribua para enxergar a realidade e, quem sabe, muda-la. Afinal, o sofrimento social tratado no livro é aquele tipo de sofrimento causado pelos seres humanos a outros

e que pode e deve ser evitado. Como o próprio autor assinala: “os cientistas sociais interpretam o sofrimento de várias formas; o ponto, contudo, é muda-lo” (HERZOG, 2019, p. 199). Entretanto, para mudar, é preciso, antes de tudo, conhecer com base crítica a realidade que precisa ser transformada.

## Referências

FLECK, Amaro. Da crítica imanente à crítica do sofrimento: A justificação normativa na obra tardia de Adorno. **ethic@**. Florianópolis, v.15, n.1, p.65-84, jul. 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003.

REMANULT, Emanuel. **Social suffering**: sociology, psychology, politics. London: Rowman & Littlefield, 2017.